

DIREITO

© 90
SEG

EP. 283 RICARDO BRANCO – COMO DEVE SER INTERPRETADA UMA LEI?

DEZEMBRO 22, 2017

http://www.90segundosdeciencia.pt/wp-content/uploads/2017/12/ep283_Ricardo-Branco-284.mp3

Devemos interpretá-la à luz da Constituição? É mais importante a sua definição literal, ou a aplicabilidade prática da mesma? Cabe ao Direito Constitucional responder a estas questões de forma a garantir que quando um tribunal aplica uma lei, esta é feita de acordo com a Constituição Portuguesa.

Ricardo Branco, investigador na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ([FDUL](#)), desenvolve investigação sobre Direito Constitucional, focado na forma como as leis devem ser interpretadas.

“Se na sociedade moderna a comunidade impõe regras aos seus cidadãos através de textos escritos, as leis, é preciso saber como é que as autoridades que aplicam as leis, nomeadamente os tribunais, as podem ler”, começa por explicar Ricardo Branco.

Para exemplificar como uma lei pode ser interpretada de diversas formas, o investigador, conta o caso de uma rádio nacional que durante as eleições autárquicas, realizou um debate que contava apenas com a presença dos representantes dos principais partidos. “Havia uma lei que dispunha que as publicações informativas que não dessem igualdade de oportunidades a todos os candidatos às eleições autárquicas de exprimirem os seus pontos de vista eram multadas. Havia uma outra, que era a lei de imprensa, que definia o conceito de publicações informativas como publicações da imprensa escrita.”

“Uma vez a comissão nacional de eleições ([CNE](#)) perante a atitude de uma rádio que só fez debates para as eleições autárquicas a uma determinada câmara com os candidatos dos dois maiores partidos resolveu multar a rádio com base nesta norma das publicações informativas. A rádio veio-se defender dizendo que não era uma publicação informativa para efeitos da tal Lei de Imprensa, mas o tribunal veio dizer que uma vez que a Constituição manda que os candidatos sejam tratados todos de forma idêntica, acabava por poder condenar a rádio nestes termos”, explica.

Para Ricardo Branco é muito importante saber em que medida as autoridades podem ler a lei com os sentidos que ela deveria ter ou, se estas devem ler a lei pura e simplesmente no seu significado, aquele que se desdobra através do dicionário. Apenas analisando a aplicabilidade da lei, caso a caso, é que podemos encontrar uma resposta.

Saiba mais sobre o investigador em: [FDUL](#)

f

t

p

g



EPISODIOS RELACIONADOS



DIREITO

🕒 90
SEG

EP. 51 MARGARIDA LIMA REGO – PROCURAR NA LEGISLAÇÃO MÉTODOS PARA MELHORAR A TRANSPARÊNCIA DOS CONTRATOS DE SEGURADORAS

JANEIRO 31, 2017

[READ MORE](#)



DIREITO

🕒 90
SEG

EP. 87 ANDRÉ DIAS PEREIRA – PROJETO EUROPEU FORNECE APOIO JURÍDICO A PACIENTES ONCOLÓGICOS

MARÇO 22, 2017

[READ MORE](#)



DIREITO

🕒 90
SEG

EP. 116 ANA RITA ALFAIATE – INVESTIGAÇÃO SUGERE PROPOSTA PARA ANALISAR CASO A CASO A IMPUTABILIDADE PENAL DE JOVENS ATÉ AOS 21 ANOS

MAIO 02, 2017

[READ MORE](#)



FICHA TÉCNICA

Coordenação: António Granado, Joana Lobo Antunes e Paulo N. Vicente

Entrevistas e edição: Adriano Cerqueira

Pós-produção audio: Paulo Castanheiro

Assistente de Produção: Patrícia Pires

Design: Luís Morgado/ITQB NOVA

Produção: ITQB NOVA, FCSH NOVA, Antena 1

Apoio: Novartis

PESQUISAR

Enter a keyword and hit enter...



REDES SOCIAIS

